

De: Presidencia
Enviado em: segunda-feira, 4 de junho de 2018 14:46
Para: macaesede@hotmail.com
Cc: FERJ - SECRETARIA (secretaria@fferj.com.br)
Assunto: Enc: ACÓRDÃO - PROCESSO 046/2018
Anexos: Untitled_06042018_112558.pdf

De: Rj Presidencia <rj.presidencia@cbf.com.br>
Enviado: segunda-feira, 4 de junho de 2018 12:19
Para: Presidencia
Assunto: Enc: ACÓRDÃO - PROCESSO 046/2018

De: Daniel Leite Marinho
Enviado: segunda-feira, 4 de junho de 2018 12:09
Para: Rj Administrativo; Rj Competicao; Rj Presidencia; Rj Registro; Macae.00352RJ; Mg Administrativo; Mg Competicao; Mg Presidencia; Mg Registro; uniao.00757mg; felipe@belaciano.com.br
Cc: Gustavo Silveira (gustavosilveira@nraa.com.br); gustavosilveira@wnadv.com.br
Assunto: ACÓRDÃO - PROCESSO 046/2018

Segue acordo,

Att,

Daniel Marinho

STJD | Superior Tribunal de Justiça Desportiva

daniel.marinho@cbf.com.br

+55 21 2532 - 8709

www.cbf.com.br

TORCIDA E SELEÇÃO.
GIGANTES POR NATUREZA.





SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL

PROCESSO Nº 046/2018 Julgamento: 25/05/2018.

ÓRGÃO JULGADOR: 4ª Comissão Disciplinar

Autor (a): PROCURADORIA DE JUSTIÇA DESPORTIVA

Jogo: UR Trabalhadores (MG) X Macaé Esporte FC (RJ) – categoria profissional, realizado em 06 de maio de 2018 – Campeonato Brasileiro – Série D.

Denunciados: Macaé Esporte FC, incurso no Art. 206 do CBJD; UR Trabalhadores incurso no Art. 243-G do CBJD.

ACÓRDÃO:

Acórdão os auditores da **4ª (quarta) Comissão Disciplinar do STJD**, em sessão de julgamento, por unanimidade de votos, multar em R\$ 200,00 o Macaé Esporte FC por infração ao Art. 206 do CBJD; e absolver o UR Trabalhadores quanto a imputação ao Art. 243-G do CBJD.

VOTO:

Ementa: Retardo na reapresentação do Macaé (RJ) incidência do art. 206 CBJD. Absolvição do URT(MG). Conduta individual - não incidência do Art. 243-G, § 2º CBJD.

Relatório:

Trata-se de **DENÚNCIA** ofertada pela **Procuradoria de Justiça Desportiva do Futebol**, em face dos seguintes denunciados, e pelos fatos e imputações abaixo descritas:

- a) Contra a agremiação desportiva do **Macaé Esporte FC (RJ)**, pelo fato, segundo atestado na súmula da partida, da referida equipe ter retornado ao campo após o intervalo 2 (dois) minutos após a prazo regulamentar, causando assim o atraso em 2 (dois) minutos para o





SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL

reinício da partida, requerendo, desta feita, a condenação da agremiação nas tenazes do art. 206, caput, do CBJD;

- b) Em face da equipe do UR Trabalhadores (MG), mandante da referida partida, em face do Art. 243-G do CBJD, por, segundo relatado em súmula que: *"Aos 48' do 2º tempo, o quarto árbitro da partida foi informado pelo atleta da equipe do Macaé, Sr. Marcos Moreira de Souza, que o mesmo foi chamado de "macaco" por um torcedor da equipe do URT, no qual o torcedor fora identificado pelo policiamento da partida. Após o término da partida o atleta supostamente ofendido relatou ao Tenente Lucas que não iria fazer Boletim de ocorrência."*

Quando da sessão de julgamento as partes denunciadas apresentaram defesa por meio de sustentação oral proferida por seus respectivos advogados.

É o breve relatório.

Fundamentação:

No que se refere às infrações do art. 206 do CBJD, o relatório sumular atesta de fato o atraso da reentrada da equipe do Macaé Esporte FC, já que o art. 8º, XI, do RGC/CBF/2018, prevê que as equipes retornem ao campo após 13' de encerrado o 1º tempo, que nesta partida ocorreu às 16:48 h. Só tempo reentrado às 17:03h, levando, assim, ao atraso de 2 minutos para o início do 2º tempo, que só se deu às 17:05h.

Incorreu, portanto, a equipe denunciada, na infração capitulada. Devendo ser condenada na pena pecuniária de R\$ 200,00 (duzentos reais) pelos 2(dois) minutos de atraso.





SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL

Relativamente à imputação do Art. 243-G do CBJD, atribuída à equipe URT (MG), entendemos pela total reprovação a deploráveis manifestações e atos repugnantes de discriminação e ofensas de cunho racial, que constituem, inclusive, crime inafiançável em nosso Direito Penal.

Contudo, atentando ao relato sumular, que descreve que a referida ocorrência foi protagonizada por um único torcedor, sendo o mesmo identificado pelo policiamento – possibilitando o devido enquadramento penal-, e que, o próprio ofendido absteve-se de oferecer queixa na esfera policial, entendemos que, em razão destas circunstâncias, não se fazem presentes os requisitos presentes no artigo em comento, para a apenação da entidade desportiva.

Assim vejamos:

"Art. 243-G. Praticar ato discriminatório, desdenhoso ou ultrajante, relacionado a preconceito em razão de origem étnica, raça, sexo, cor, idade, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Incluído pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

.....

§ 1º Caso a infração prevista neste artigo seja praticada simultaneamente por considerável número de pessoas vinculadas a uma mesma entidade de prática desportiva, esta também será punida com a perda do número de pontos atribuídos a uma vitória no regulamento da competição, independentemente do resultado da partida, prova ou equivalente, e, na reincidência, com a perda do dobro do número de pontos atribuídos a uma vitória no regulamento da competição, independentemente do resultado da partida, prova ou equivalente; caso não haja atribuição de pontos pelo regulamento da competição, a entidade de prática desportiva será excluída da competição, torneio ou equivalente. (Incluído pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

....."





SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DESPORTIVA DO FUTEBOL

Dispositivo:

Desta feita, acolho a denúncia em face da equipe do Macaé E.C., por incidência do art. 206 do CBJD, aplicando-lhe a pena em R\$ 200,00, e, absolve a equipe do URT (MG), por não encontrarem-se caracterizadas as condutas tipificadas no Art. 243-G, § 2º CBJD.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2018.

JOSÉ MARIA PHILOMENO GOMES
AUDITOR DA 4ª COMISSÃO DISCIPLINAR STJD DO FUTEBOL

Expediente

21/6/2018

Acórdão =

Processo = 046/18

